

OS PLANOS ESTRATÉGICOS DAS CIDADES DE BARCELONA E DO RIO DE JANEIRO: SUAS APLICAÇÕES, COMPARAÇÕES E SEUS RESULTADOS

EDUARDO FILIPE MORAIS DE AQUINO¹
JANAINA DE MENDONÇA FERNANDES²

RESUMO

O seguinte artigo tem como objetivo abordar os planos estratégicos realizados pelas cidades de Barcelona e do Rio de Janeiro, sendo ambos com a finalidade de sediar os Jogos Olímpicos. Além disso, como suporte ao tema, as questões do associativismo e do pacto federativo (especialmente na cidade brasileira) são de suma importância para o respectivo entendimento. As metodologias utilizadas neste trabalho foram: descritiva, bibliográfica e documental. Foi concluído que os planos estratégicos de Barcelona e do Rio de Janeiro tiveram amplas diferenças, sobretudo na abrangência territorial, nos objetivos e no legado; e, ao contrário do Rio de Janeiro, o associativismo foi um ponto visível no caso de Barcelona.

Palavras-chave: Planos Estratégicos. Jogos olímpicos. Associativismo. Megaeventos Esportivos.

¹ Discente do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Lavras (UFLA). E-mail: duarrdoo4@gmail.com

² Docente da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Doutora em Administração pela Escola Brasileira de Administração Pública e Empresas (EBAPE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). E-mail: janaina.fernandes@unifal-mg.edu.br

THE STRATEGIC PLANS OF THE CITIES OF BARCELONA AND RIO DE JANEIRO: THEIR APPLICATIONS, COMPARISONS AND THE RESULTS

ABSTRACT

The following article aims to approach the strategic plans carried out by the cities of Barcelona and Rio de Janeiro, both with the purpose of hosting the Olympic Games. Furthermore, in support of the theme, the issues of associations and the federative pact (especially in the Brazilian city) are of utmost importance for understanding. The methodologies used in this work were: descriptive, bibliographic and documentary. It was concluded that the strategic plans of Barcelona and Rio de Janeiro had wide differences, especially in territorial scope, objectives and legacy; and, unlike Rio de Janeiro, associations were a visible point in the case of Barcelona.

Keywords: Strategic Plans. Olympic Games. Associativism. Mega Sporting Events.

1 INTRODUÇÃO

Com a importância que os Jogos Olímpicos possuem é inevitável que o mesmo não impacte a cidade que irá receber este megaevento esportivo, sendo este de maneira positiva ou negativa. Como exemplo, no primeiro, podem ser citados a infraestrutura, o turismo, o desenvolvimento econômico e investimentos; por outro lado, como fatores negativos, podem aparecer a gentrificação, a desapropriação, problemas sociais e conflitos. Assim, é necessário citar a importância dos planos estratégicos para a realização do certame, sendo Barcelona o principal exemplo sobre o assunto, através do Modelo Barcelona (Fernandes, 2008).

Barcelona foi a pioneira em vários sentidos relacionados aos Jogos Olímpicos. O chamado Modelo Barcelona se caracterizou pelo impacto que os megaeventos possuem para as cidades que os organizam, além de possuir como principal função, fortalecer as parcerias público-privadas nas políticas públicas (Viana, 2019). Este modelo serviu de inspiração para os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro (Cunha, 2013), além da candidatura da cidade fluminense, que contou com a consultoria do município catalão (Vainer, 2011).

Porém, em alguns aspectos, há diferenças entre as duas cidades. A dimensão territorial, o fato de a cidade brasileira não apresentar um objetivo visível de reestruturação global, de uma região nobre da cidade do Rio de Janeiro - Barra da Tijuca - receber a maioria dos investimentos, a não contemplação do uso dos recursos públicos para o benefício da população, entre outros (Oliveira; Gaffney, 2010).

Assim, o plano estratégico da capital fluminense tinha como prioridade colocar em prática uma série de fatores como as intervenções urbanísticas, a redução das desigualdades sociais e a valorização do espaço público (Ferreira, 2021). Seriam realizadas uma série de mudanças a partir de um megaevento e para que tivessem um impacto social, um legado que pudesse perdurar por vários anos. No entanto, as políticas neoliberais fizeram com que todo este caminho fosse voltado ao lado comercial, o qual, neste tipo de megaevento, especialmente os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo, possui outra dimensão (Mascarenhas, 2011).

Portanto, o objetivo deste artigo é abordar os planos estratégicos de Barcelona - ao todo, quatro - e do Rio de Janeiro - dois -, ambos com a finalidade de sediar os Jogos Olímpicos. Posteriormente, será realizada uma comparação entre os planos das duas cidades, sendo esta a justificativa para este estudo, do qual surge o seguinte questionamento: quais foram as semelhanças e diferenças dos planos estratégicos executados em Barcelona e no Rio de Janeiro? Mesmo com a influência catalã, o Rio de Janeiro seguiu totalmente o que foi realizado em Barcelona?

A escolha dessas duas edições, faz jus ao fato de que a primeira foi um marco em todos os aspectos citados anteriormente, ocasionando a mudança do pensamento do conceito de cidade em Barcelona e em sua região metropolitana, que passaram por adaptações e renovações a cada plano estratégico e por consequências negativas que não estavam previstas no planejamento inicial (Fernandes, 2008). E, na edição dos Jogos Olímpicos realizados no Brasil, houve o espelhamento das metodologias utilizadas na capital catalã.

Também é importante ressaltar que temas como o associativismo e o pacto federativo (sendo o último, especialmente no caso da cidade brasileira) são de suma importância para o entendimento do tema. Desta forma, além da introdução, este artigo contém mais cinco seções: a segunda, referente aos Planos Estratégicos, ao Associativismo e ao Pacto Federativo; a terceira, ressaltando o legado; a quarta, evidenciando a Metodologia; a penúltima, abrangendo os Planos Estratégicos das duas cidades e a comparação entre os mesmos; e, por fim, na última seção, as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Planos Estratégicos, Associativismo e o Pacto Federativo

Arelado ao plano estratégico de Barcelona, o Modelo Barcelona teve como advento prestar serviços de acordo com os interesses dos indivíduos, estava voltado a converter o município em uma cidade-empresa (Giannella; De La Garza, 2016). Ou seja, por trás de uma intenção voltada à sociedade, tal ação estava associada a

transformar a cidade em algo que poucos poderiam consumir e usufruir dos serviços.

Somado a esses fatores, também existem pontos cruciais em relação à utilização do espaço urbano. Por exemplo, a privatização do espaço, que resulta em uma troca do espaço público pelo espaço privado (Viana, 2019). Tal fato está relacionado com o urbanismo espetáculo e, nos bastidores deste artefato, há a estratégia econômica que faz desses espaços serem privatizados (Viana, 2019). Outro ponto a ser ressaltado é o setor imobiliário, fator importante para que esses megaeventos pudessem ter total influência sobre este ramo, o qual os mesmos são localizados próximos aos estádios, provocando a expulsão da população mais pobre dessas localidades (Ferreira, 2003).

Posto isso, os megaeventos têm como beneficiários a camada mais rica da população, deixando a classe baixa totalmente fora do contexto e com impactos negativos para esta população, como, por exemplo, a desapropriação de áreas para as obras que precisaram ser realizadas (Viana, 2019). Complementando, há, também, a questão dos “custos sociais” que um megaevento deixa no local, como os despejos e as remoções de comunidades pobres de seus locais, além da repressão voltada às manifestações de protesto e a criminalização da pobreza naquele espaço (Costa, 2013).

Um ponto que facilita o entendimento sobre os planos estratégicos - especialmente da cidade do Rio de Janeiro - é o pacto federativo. Este fato importante na história recente do país garante a autonomia dos governos municipais, estaduais e federais e a interdependência entre os mesmos (Abrúcio; Sano, 2013). Esta autonomia pode ser visualizada no decorrer das descrições dos dois planos estratégicos da cidade fluminense, o qual demonstra a autodeterminação do poder local para a realização do documento e das ações presentes no mesmo.

Acerca do federalismo brasileiro, além do que pôde ser lido no parágrafo anterior, os governos locais, com a adesão do pacto federativo, conquistaram a autonomia para questões políticas, administrativas, tributárias e até mesmo para a implementação de políticas públicas; em contraste, mesmo com a obtenção de várias atribuições por parte dos municípios, os governos locais possuem uma baixa capacidade estatal para executar suas atribuições constitucionais (Abrúcio, 2022). Por

consequente, com a transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília, a oportunidade para o município fluminense ser autônomo veio à tona e, com a realização desta transferência, aconteceu a fusão com o estado do Rio de Janeiro, tornando-se, assim, a capital do estado (Fernandes, 2008).

Logo, o governador Chagas Freitas - na metade da década de 70 - deu o pontapé inicial para a realização da fusão citada no parágrafo acima, tendo em vista, em um futuro próximo, colocar o Estado da Guanabara no estado federativo da nação (Fernandes, 2008). Em um segundo mandato - no final da década de 70 e começo da década de 80 - o mesmo governador faz com que o Rio de Janeiro deixe de ser o Estado da Guanabara e, a partir de então, seja a capital do estado do Rio de Janeiro, perdendo uma considerável parcela de recursos devido ao fato de não ser mais uma cidade-estado e tendo que realizar um programa voltar a receber as verbas do governo federal, chamado de Plano Urbanístico Básico (Pub-Rio), que foi designado para alinhar questões territoriais (Fernandes, 2008).

Como complemento, os três desenhos políticos administrativos existentes naquela época que voltaram à transferência da capital do Brasil e da criação do estado da Guanabara, são eles: transformar a cidade do Rio de Janeiro em um território, criação do Estado da Guanabara e fazer a fusão com o Estado do Rio de Janeiro, e, por último, transformar a cidade do Rio de Janeiro novamente em capital (Fernandes, 2008).

Além do pacto federativo, é fundamental citar que o associativismo municipal ocorre por meio de duas maneiras: associações e consórcios (Mello, 1997). Carvalho (1998) define o associativismo como: “uma forma de cooperação onde os municípios se associam para se articularem entre si e com outros níveis de governo, visando ao fortalecimento de suas gestões”. Portanto, o associativismo só é possível através do pacto federativo, que possui como principal atribuição a segmentação e a autonomia das responsabilidades possuídas pela União, pelos estados e pelas cidades.

Desta forma, a definição de Carvalho (1998) recorda a região metropolitana de Barcelona e seu último Plano Estratégico, que teve como objetivo fortalecer sua região metropolitana através das suas 36 cidades. No entanto, por outro lado, no Rio de

Janeiro houve dificuldade para que o município pudesse se associar com seus vizinhos da região metropolitana.

Em suma, um dos motivos que o associativismo municipal não foi realizado da maneira adequada em solo carioca, passa pela ausência de sinergia entre o Governo e a sociedade, ideia do segundo Plano Estratégico do Rio de Janeiro; ademais, enquanto Barcelona visava a cada Plano Estratégico fortalecer sua região, o Rio caminhava ao caminho oposto, tendo sua visão voltada apenas para a cidade e não tendo uma continuidade em seu planejamento (Fernandes, 2008). Sendo assim, a capital fluminense teve seu foco voltado a si mesma, a qual poderia ter expandido seu plano estratégico à região metropolitana, ocasionando o crescimento, serviços de qualidade e a conexão entre os municípios.

2.2 Legados

Espera-se que, com a realização de algum grande evento - o que engloba o tema os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo de Futebol, dois dos maiores megaeventos esportivos do mundo -, este proporcione ao município ou região um legado positivo, podendo ser observado em fatores como, por exemplo: o crescimento do turismo local, o aumento da visibilidade global e o crescimento econômico (Chalip, 2004).

O *International Olympic Committee* (IOC) - em português: Comitê Olímpico Internacional - ressalta que há cinco espécies de legados nos Jogos Olímpicos: ambiental (revitalização urbana, novas fontes de energia, econômico (aumento na atividade econômica, , esportivo (instalações esportivas, impulso às modalidades), social (amizade, excelência, respeito, inclusão e cooperação) e urbano (transporte) (*International Olympic Committee*, 2013).

No que tange alguns exemplos do legado dos Jogos Olímpicos é possível citar, no decorrer da longa história deste megaevento esportivo, alguns casos de legados positivos como o de Los Angeles, em 1932 e 1984 (Findling, 2013), e ocasiões em que o legado não foi o esperado como em Atenas, em 2004 (Paiva, 2013). Ademais,

os legados, em relação aos Jogos Olímpicos, também podem estar associados ao Movimento Olímpico (Findling, 2013).

A edição dos Jogos Olímpicos de Barcelona foi o momento considerado importante para que o legado estivesse com mais ênfase na agenda das cidades-sede do megaevento esportivo (Poynter, 2008). De acordo com o autor, a partir da edição citada, os municípios que sediam os Jogos Olímpicos estão utilizando a competição estímulo para a regeneração, além do depósito de confiança em distintas maneiras de ações estatais visando a promoção como cidades globais.

Somado a isso, outros dois fatores precisam ser considerados: o legado procedente dos megaeventos, principalmente para a realização da competição, tem seu foco voltado às questões consideradas não esportivas e os municípios têm associado seus planos a estratégias voltadas ao desenvolvimento econômico e, também à regeneração (Poynter, 2008).

Por fim, os legados são divididos entre materiais e imateriais. Os legais materiais estão relacionados com a infraestrutura presente na cidade-sede após a realização do megaevento e as obras associadas ao turismo e ao transporte; em contraste, os legados imateriais estão ligados a fatores como a prática de uma determinada modalidade após o acontecimento da competição (Pampuch; Almeida, 2012).

3 METODOLOGIA

Dando início à segunda seção deste artigo, este manuscrito é categorizado como qualitativo e, de acordo com as tipologias citadas por Gil (2002), suas classificações de pesquisa são: descritiva, bibliográfica e documental. Sobre o método descritivo, o mesmo se faz presente na descrição dos planos estratégicos de Barcelona e do Rio de Janeiro, seus principais pontos, demonstrando, assim, suas características e como foram realizados.

Em relação aos métodos bibliográfico e documental, foi efetuada uma revisão de literatura baseada em artigos científicos consultados nas seguintes bases: Scielo, Scopus e Google Acadêmico, além dos boletins que versavam sobre o tema principal

deste trabalho. Ademais, os documentos contidos neste manuscrito foram acessados de maneira virtual, através de *websites*.

4 Planos Estratégicos

4.1 Planos Estratégicos de Barcelona

O ponto de partida para o Plano Estratégico da cidade de Barcelona foi no ano de 1988, pouco tempo depois de o município catalão ser eleito para receber a vigésima quinta edição dos Jogos Olímpicos (Pla Estratègic Metropolità de Barcelona, 2018). A primeira versão do Plano Estratégico possuía uma visão para que seus objetivos fossem sucedidos até o ano 2000, isto é, oito anos após a realização da competição, em 1992.

Os principais objetivos da cidade de Barcelona em seu primeiro Plano Estratégico eram:

Quadro 1 - Objetivos do Primeiro Plano Estratégico da cidade de Barcelona

Objetivos
Ser uma cidade competitiva na escala internacional, convertendo-se no eixo de uma macrorregião do noroeste do Mediterrâneo.
Passar de uma cidade industrial para uma metrópole onde a atividade econômica gire ao redor dos serviços avançados.
Incrementar a coesão social evitando o risco de segregação social.

Fonte: Pla Estratègic Metropolità de Barcelona (2018) - elaborado pelos autores.

No ano de 1994, foi realizado o segundo Plano Estratégico da cidade de Barcelona, cujo foco foi na consolidação da presença da cidade no cenário internacional. Desta forma, pode-se ressaltar, em outras palavras, que o segundo

Plano Estratégico de Barcelona teve seu direcionamento especialmente voltado à globalização (Fernandes, 2008).

O terceiro Plano Estratégico da cidade, realizado em 1999, foi o último da etapa chamada “Plan Estratégico y Social de Barcelona”, a qual teve como pontos-chave a consolidação das grandes iniciativas da primeira edição do Plano Estratégico e a “cidade do conhecimento” (Centro Iberoamericano de Desarrollo Estratégico Urbano, 2019). Em relação à cidade do conhecimento, Fernandes (2008, p. 86) ressalta: “O conhecimento se converteu em criação de riqueza, de empresas e de lócus de trabalho. Cidades como Barcelona deveriam fomentar seu processo em todas as atividades que giravam em torno da informação e do conhecimento.”

Em 2003, foi desempenhado o quarto plano estratégico que se constituiu em englobar todos os 36 municípios da *Área Metropolitana de Barcelona (AMB)*. Este foi o primeiro plano metropolitano, ou seja, os objetivos e o campo de atuação das atividades relacionadas ao Plano Estratégico foram ampliados para um número considerável de cidades (Fernandes, 2008).

Ademais, de acordo com a autora, o plano constatou duas potencialidades da região, sendo a primeira o fato de que a região ter logrado a sexta colocação entre as regiões europeias para o desenvolvimento de atividades de faceta econômica; e, a segunda, com o ponto de que a região uma série de significativos projetos de abrangência metropolitana. Agregada a frase anterior, o quarto Plano Estratégico teve outras duas etapas que foram: em 2007, a primeira revisão do Plano Estratégico Metropolitano e, em 2010, a consolidação de uma metrópole global.

4.2 Planos Estratégicos do Rio de Janeiro

Diferente de Barcelona, a cidade do Rio de Janeiro contou com dois planos estratégicos. O primeiro, que será descrito nos parágrafos seguintes, teve seu começo em 1993 na gestão do prefeito César Maia e, o segundo, ocorreu na primeira década do século XXI, em 2004.

O primeiro plano estratégico do Rio de Janeiro, em 1993, nomeado como “Rio Sempre Rio”, foi introduzido cinco anos depois da promulgação da Constituição

Federal de 1988, na qual os municípios começaram a ter direitos e mais autonomia para administrar seus territórios (Fernandes, 2008). Ainda, segundo a autora, o plano teve como principais precursores o prefeito César Maia e o secretário de urbanismo Luís Paulo Conde, que proporcionaram um seminário com a equipe que realizou o primeiro Plano Estratégico de Barcelona; além disso, a abrangência da atuação foi a cidade do Rio de Janeiro e foi voltado para incluir a participação de vários âmbitos da sociedade.

Ainda segundo o plano, foram ressaltados temas importantes para a realização do Plano Estratégico do Rio de Janeiro: atratividade da cidade, emprego, dinâmica urbana, qualidade de vida, imagem e cidadania e administração pública (Memórias das Olimpíadas, 2006). Desta forma, sete estratégias foram utilizadas para alcançar o objetivo do plano estratégico do Rio de Janeiro:

Quadro 2 - Estratégias do primeiro Plano Estratégico da cidade Rio de Janeiro

Nome	Estratégia
O Carioca do Século XXI	Oferecer às pessoas oportunidades e facilidades para acesso ao emprego e aos bens sociais em seu sentido mais amplo.
Rio Acolhedor	Melhorar a relação da cidade com seu entorno é uma exigência de qualidade do ambiente urbano para conseguir que o Rio de Janeiro seja identificado como uma cidade receptiva, funcional e capaz de promover a convivência.
Rio Participativo	As profundas transformações da vida urbana obrigam a mudanças na estrutura de governo local, à reorganização da vida comunitária, ao incremento da participação coletiva na construção da cidade, a novas formas de convivência e cidadania, e a uma administração pública eficaz e eficiente, que estabeleça a comunicação com o cidadão.
Rio Integrado	O processo de integração crescente será alcançado através da melhor vertebração da cidade, do equilíbrio

	territorial, de novas centralidades que facilitem a difusão da qualidade urbana, da normalização da habitação, do fortalecimento do Centro e da melhor mobilidade dos cidadãos.
Portas do Rio	A cidade do Rio de Janeiro se configura como um centro articulador da Região Metropolitana e, ao mesmo tempo, como eixo vertebrador da mais importante região econômica do país. Essa situação privilegiada exige que suas portas de entrada e suas infra-estruturas sejam adequadas para os importantes fluxos econômicos. A qualificação das portas internas, articulando as Zonas Sul, Norte e Oeste com o Centro é pré-requisito para que o Rio seja um polo integrador da Região Metropolitana.
Rio Competitivo	Recuperar a competitividade do Rio, no contexto da economia globalizada, enfrentando os desafios para a modernização dos processos produtivos, tais como o fortalecimento dos setores econômicos tradicionais, o suporte para o desenvolvimento de setores emergentes, a implantação de serviços avançados e a potencialização de tecnologias e inovações.
Rio, Polo Regional, Nacional e Internacional	Desenvolver projetos com efeitos sobre a imagem da cidade nos campos da atratividade cultural, do esporte e de eventos, de modo a se tornar um polo de atratividade regional, nacional e internacional.

Fonte: Memória das Olimpíadas (2006) - elaborado pelos autores.

Dando prosseguimento ao primeiro Plano Estratégico, o segundo Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro, nomeado como “As Cidades da Cidade” foi um conjunto de 12 planos regionais referentes ao município fluminense (Fernandes,

2008). Somado a isso, o mesmo foi atribuído como um desdobramento do primeiro plano da cidade carioca.

O segundo Plano Estratégico contou com a particularidade de não ter sido administrado e coordenado pela prefeitura da cidade - mesmo havendo o financiamento por parte da sede do poder executivo municipal -, mas sim, pelo Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP) - que tem como atribuições gerir informações sobre a cidade do Rio de Janeiro, através de dados, estatísticas, mapas, estudos, gráficos que, por exemplo, auxiliam a prefeitura na realização de intervenções urbanas e na implementação de políticas públicas (Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2023). Ademais, o instituto é uma autarquia criada pela Lei nº 2689 de 01/12/98 e vinculado à Secretaria Municipal de Urbanismo.

Este plano foi adaptado ao método de planejamento estratégico voltado ao de plataformas digitais aderido pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, sendo confeccionados questionários à população, o que, posteriormente, foi possível realizar um *ranking* entre aquelas regiões, além de proporcionar a participação da população e o levantamento de pontos fortes e fracos de cada território (Fernandes, 2008).

Sendo assim, de acordo com o segundo Plano Estratégico, os objetivos para cada região foram traçados a partir de um modelo elaborado para cada região, sendo eles:

Quadro 3 - Objetivos do segundo Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro

Região	Objetivos
Bangu	Ser um polo de ecoturismo e lazer, resgatando suas tradições histórico culturais e desenvolvendo seu potencial industrial.
Barra da Tijuca	Ser um polo de negócios focado no turismo, lazer, serviços e um modelo de preservação ambiental.
Campo Grande	Ser o centro de referência para o ecoturismo, com enfoque nas vocações gastronômica, botânica,

	pesqueira e agrícola, consolidando as diferentes expressões histórico-culturais da Região.
Centro	Ser o centro de referência histórico cultural do país, consolidando as vocações de centro de negócios, centro de desenvolvimento de tecnologia e principal centro de telecomunicações da América Latina.
Grande Méier	Voltar a ser a “capital dos subúrbios cariocas”, como centro de comércio varejista e polo prestador de serviços, com relevo na cultura e lazer.
Ilha do Governador	Ser a principal base de chegada do turista à cidade, preservando a qualidade da área residencial e incrementando as atividades esportivas, culturais e artísticas.
Irajá	Ser o principal centro de abastecimento da cidade e um polo formador de atletas, garantindo a tradição residencial e a qualidade de vida.
Jacarepaguá	Ser o grande centro de eventos nacionais e internacionais, tendo como foco do desenvolvimento econômico o ecoturismo e a indústria de alta tecnologia, garantindo a tradição histórico-geográfica.
Leopoldina	Ser uma região de bairros integrados, resgatando a relação de vizinhança, desenvolvendo-se a partir de indústrias de base tecnológica não poluentes.
Tijuca / Vila Isabel	Ser um grande polo de lazer e cultura, de ecoturismo, de desenvolvimento econômico focado no setor de serviços e comércio, garantindo a qualidade de vida.

Zona Norte	Ser o grande polo de comércio e centro industrial não poluente, preservando e incrementando suas tradições histórico culturais e características residenciais.
Zona Sul	Ser a vitrine nacional e internacional do turismo, da cultura e do lazer, reforçando a imagem da maneira de ser carioca.

Fonte: Fernandes (2008) - elaborado pelos autores

4.3 Comparativo dos Planos Estratégicos de Barcelona e do Rio de Janeiro

Após apresentar os Planos Estratégicos das duas cidades nas subseções anteriores (quatro da cidade de Barcelona e os dois realizados pelo município do Rio de Janeiro), esta subseção demonstrará e realizará uma comparação entre as semelhanças e diferenças em relação aos planos dos dois municípios.

Quadro 4 - Comparação entre os planos

	Rio de Janeiro	Barcelona
Período	Décadas de 90 e 2000	Décadas de 80, 90 e 2000
Abrangência territorial	Se limitou apenas ao município do Rio de Janeiro	Evoluiu para a região metropolitana de Barcelona
Objetivos	Visão para o exterior, melhor qualidade de vida, uma metrópole empreendedora, metas para os bairros	Ser uma cidade competitiva, consolidação da cidade no mercado internacional, “cidade do conhecimento”, cidades da região metropolitana sendo impactadas com as ações do plano estratégico
Por quê realizar um Plano Estratégico?	Visando sediar os Jogos Olímpicos	Após a confirmação de que receberia os Jogos Olímpicos
Administração	Poder Público e Instituto	Poder Público

	Pereira Passos	
Participação	Poder público, privado, organizações da sociedade civil, população, entre outros	Poder público, privado, organizações da sociedade civil, população, entre outros
Legado	uma regionalização dentro da cidade, a participação popular no processo e, através do que foi planejado, não estar no mercado mundial de cidades	a utilização do <i>marketing city</i> , a ampliação do conhecimento, a crescente do turismo e a fixação da metrópole no âmbito global

Fonte: os autores.

Diante do que foi apresentado nos Planos Estratégicos das duas cidades e na comparação entre os mesmos, é notável a influência do que foi realizado em Barcelona durante o processo dos planos estratégicos do Rio de Janeiro, não só pela consultoria que foi feita pelos catalães, mas, também, em fatores como a participação e a administração desses planos.

No entanto, o motivo da realização dos planos, os objetivos, a abrangência territorial e o legado foram pontos distintos entre os dois municípios. Enquanto Barcelona começou a formular seus planos estratégicos após a confirmação do sedimento dos Jogos Olímpicos, o Rio de Janeiro elaborou seus planos visando este acontecimento.

Pode-se encontrar alguma semelhança em relação aos objetivos, no fato de buscarem visibilidade internacional; contudo, há diferenças, especialmente a qual território serão destinadas às ações dos planos, fato onde surge a abrangência territorial, sendo, no caso do Rio de Janeiro, apenas para os bairros e, em Barcelona, para sua região metropolitana.

A administração dos planos estratégicos do Rio de Janeiro foi realizada pelo Poder Público e pelo Instituto Pereira Passos - autarquia criada através da Lei nº 2689 de 01/12/98 e vinculado à Secretaria Municipal de Urbanismo (Fernandes, 2008). Por outro lado, Barcelona teve apenas a participação do Poder Público. Outrossim, a

participação nos planos estratégicos foi o fator mais convergente entre os dois municípios.

Sobre os legados, no Rio de Janeiro, o mesmo abrangeu apenas uma parte da cidade, deixando ampla maioria dos locais sem a devolutiva do que foi realizado para a competição. E, por mais que houvesse participação popular durante o processo, o Rio de Janeiro não logrou estar no mercado mundial de cidades. Por outro lado, em Barcelona, foram vistos o crescimento do turismo, a ampliação do conhecimento e a utilização do marketing de cidades.

Arelado a isso, por último, o associativismo foi visto com clareza no caso de Barcelona, fortalecendo e desenvolvendo sua zona metropolitana. No caso da cidade brasileira, devido às dificuldades de associação da capital com os municípios vizinhos, isso não ocorreu, deixando tudo o que foi realizado apenas para a cidade do Rio de Janeiro. As duas sedes tiveram problemas com a questão do espaço, ocorrendo despejos para a realização das obras, o aumento da especulação imobiliária e a gentrificação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi abordar os planos estratégicos das cidades de Barcelona e do Rio de Janeiro, ambos com o objetivo de sediar os Jogos Olímpicos. Também foi efetuada uma comparação entre os planos dos dois municípios, além de ressaltar fatores como o Modelo Barcelona associativismo, o federalismo e os Jogos Olímpicos.

Os Jogos Olímpicos são caracterizados como megaeventos esportivos e sediá-los demanda uma grande responsabilidade por parte do município. A cidade do Rio de Janeiro recebeu a competição 24 anos após Barcelona, fato que não evitou da capital fluminense tentar reproduzir, mesmo que de forma parcial, algumas das atribuições realizadas na cidade condal.

Pode-se visualizar distinções em relação à tentativa de inclusão ao mercado mundial de cidades, ao associativismo municipal, ao local em que os planos estratégicos seriam executados, aos seus objetivos e aos legados. Sendo assim,

averiguou-se que Barcelona logrou cumprir seus objetivos por meio do que foi projetado em seus planos estratégicos.

No que tange à contribuição deste manuscrito, salienta-se a abordagem de um assunto importante em relação aos Jogos Olímpicos e sua realização: o planejamento. Ademais, cita-se, também, a contribuição para a literatura sobre a temática associada aos Jogos Olímpicos, além, de forma secundária, a temas associados ao associativismo e ao federalismo.

Sendo um tema de suma importância para o estudo sobre os Jogos Olímpicos e o seu planejamento, recomenda-se, para estudos futuros, analisar os planos estratégicos de outras edições dos Jogos Olímpicos, suas diretrizes, seus objetivos e seu legado para as cidades-sede analisadas, buscando, assim, complementar os trabalhos já realizados sobre esta temática.

REFERÊNCIAS

- ABRÚCIO, F. L. Federalismo brasileiro e projeto nacional: os desafios da democracia e da desigualdade. **Revista USP**, n. 134, p. 127-142, 2022.
- ABRÚCIO, F. L.; SANO, H. Conceituação do federalismo e modelos de relações intergovernamentais. In: GARCIA, L. O.; OLIVEIRA, N. P.; ANTERO, S. A. **Associativismo Intergovernamental: experiências brasileiras**. Brasília: Editora IABS, 2013. p. 11-41.
- CARVALHO, A. W. B. Dificuldades do associativismo municipal em Minas Gerais: reflexões a partir de um estudo de caso. **Pós FAUUSP**, n. 7, p. 16-36, 1998.
- CENTRO IBEROAMERICANO DE DESAROLLO ESTRATÉGICO URBANO. **Planes Estratégicos**. 2019. Disponível em: <https://www.cideu.org/wp-content/uploads/2019/12/queeselpemb.pdf>. Acesso em: 19 out. 2023.
- CHALIP, L. Beyond Impact: a general model for host community event leverage. In: RITCHIE, B. W.; ADAIR, D. **Sport Tourism: interrelationships, impacts and issues**. Clevedon: Channel View Publications, 2004. p. 226-252.
- COSTA, G. Sedar megaeventos esportivos vale à pena? **O Social em Questão**, n. 29, p. 159-178, 2013.
- CUNHA, N. V. O “modelo Barcelona” em questão: megaeventos e marketing urbano na construção da cidade-olímpica. **O Social em Questão**, n. 29, p. 325-330, 2013.
- FERNANDES, J. M. **O planejamento estratégico como instrumento de gestão em cenários complexos: um estudo sobre os planos estratégicos do Rio de Janeiro e de Barcelona**. 2008. 236 f. Tese (Doutorado) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008.
- FERREIRA, J. S. W. **São Paulo: o mito da cidade-global**. 2003. 336 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- FERREIRA, V. O. C. **O legado esportivo dos Jogos Olímpicos Rio 2016: uma análise da rede nacional de treinamento**. 2021. 129 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2021.
- FINDLING, J. E. Los Legados Olímpicos. Los Juegos de Verano de los Estados Unidos de 1904, 1932, 1984 y 1996. **Citius, Altius, Fortius**, v. 6, n. 1, p. 9-19, 2013.

GIANELLA, L. C.; DE LA GARZA, M. M. Conexões Rio-Barcelona: da realidade à utopia. Da produção da cidade neoliberal à articulação das resistências. In: **Anais do XIV Colóquio Internacional de Geocrítica**, 2016.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE. **Olympic Legacy**. Lausanne: IOC, 2013. 39 p. Disponível em:
https://stillmed.olympic.org/Documents/Olympism_in_action/Legacy/2013_Booklet_Legacy.pdf. Acesso em: 10 maio 2025.

MASCARENHAS, G. Desenvolvimento urbano e grandes eventos esportivos: o legado olímpico nas cidades. In: BIENENSTEIN, G.; MASCARENHAS, G.; SÁNCHEZ, F. **O jogo continua**: Megaeventos esportivos e cidades. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. p. 27-39.

MELLO, D. L. Associativismo como instrumento de desenvolvimento dos governos locais: a experiência brasileira e de outros países. **Revista de Administração Pública**, v. 31, n. 6, p. 55-66, 1997.

MEMÓRIA DAS OLIMPÍADAS. **Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro**. 2006. Disponível em:
<http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/bitstream/123456789/687/1/IU104%20-%20Plano%20Estratégico%20Rio%20Sempre%20Rio%201996.pdf>. Acesso em: 23 out. 2023.

PAIVA, E. K. G. **A Cidade para o Cidadão**: o legado urbano dos Jogos Olímpicos. 2013. 340 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2013.

PAMPUCH, M.; ALMEIDA, B. S.; MARCHI JÚNIOR, W. Os legados estruturais dos Jogos Olímpicos (1992-2008): uma revisão de literatura. **Cadernos da Escola de Educação e Humanidades**, v. 1, n. 7, p. 1-15, 2012.

P

LA ESTRATÈGIC METROPOLITÀ DE BARCELONA. **Plan Estratégico Metropolitano de Barcelona**. 2018. Disponível em: <https://pemb.cat/es/plan-estrategico-2030/>. Acesso em: 16 out. 2023.

POYNTER, G. Regeneração Urbana e Legado Olímpico de Londres 2012. In: RODRIGUES, R.; PINTO, L. M. M.; TERRA, L.; DACOSTA, L. M. **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008. p. 121-151.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. **Instituto Pereira Passos**. Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/web/ipp/who-we-are>. Acesso em: 1 dez. 2023.

VAINER, C. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: **Anais do XIV Encontro Nacional da Associação Nacional de Planejamento Urbano (ANPUR)**, 2011.

VIANA, L. H. V. A ideologia na produção do espaço: os megaeventos como agentes difusores da ideologia (neo)liberal. **Cadernos Metrópole**, v. 21, n. 44, p. 79-97, 2019.